

CAPÍTULO 3

Generatividade e desenvolvimento moral: possíveis aproximações

*Priscila Bonato Galhardo
Sandreilane Cano da Silva*

3.1 Introdução

A busca por relações mais justas, cooperativas, honestas e de preocupação com outras pessoas pauta-se na construção moral dos indivíduos. O principal objetivo deste capítulo é refletir sobre o processo de desenvolvimento moral e suas relações com a generatividade. Para tecer o diálogo entre esses dois construtos utilizaremos os princípios e conceito de moralidade oriundos da teoria do domínio social (TDS) (Turiel, 1983; 1989) e o conceito de generatividade, de acordo com a teoria de McAdams e de St. Aubin (1992). Defendemos a hipótese de que são possíveis aproximações entre domínio moral pela TDS e a construção de generatividade, especialmente quando o eu generativo desiste de si pelo bem da comunidade.

3.2 Teoria dos domínios sociais (TDS)

A TDS é considerada uma abordagem que investiga o desenvolvimento moral, por meio de uma perspectiva cognitivo-desenvolvimental do indivíduo (Smetana *et al.*,

2014). Diferentemente das teorias estruturalistas de desenvolvimento, a TDS compreende o desenvolvimento por meio de domínios que se diferenciam e que formam sistemas organizados de pensamento (Smetana *et al.*, 2014). Os domínios são coexistentes e, é parte do trabalho do sujeito pesá-los e coordená-los (Turiel, 1983).

Nessa perspectiva, compreendem-se três âmbitos que constituem sistemas organizados ou domínios de conhecimento social construídos pelo ser humano ao longo do seu desenvolvimento (Turiel, 1989). Esses domínios são distintos, seguindo trajetórias diferenciadas, uma vez que, são as experiências individuais de diferentes tipos de regularidades no ambiente social que favorecem os indivíduos a conseguirem formar esses domínios. Portanto, o domínio de uma interação social possui uma relação significativa ao que o indivíduo pensa sobre si mesmo e como se desenvolve durante a vida (Turiel, 1989).

Os principais domínios sociais são: moral, pessoal e convencional. O domínio moral é caracterizado pelos conceitos de bem-estar do outro, dos direitos e da justiça, no sentido de ter como principal critério de julgamento a consequência da ação sob o bem-estar de outro indivíduo (Smetana, 2013; Turiel, 1989). Esse domínio é manifestado nas interações sociais por meio de regras sociais aplicadas universalmente, isto é, as regras possuem o aspecto de serem generalizáveis para as mais variadas circunstâncias e culturas (Smetana, 2013; Smetana *et al.*, 2014).

O domínio convencional se refere às normas sociais, tradições e uniformidade de condutas, é formado por um conhecimento compartilhado entre pessoas de um mesmo sistema social e validado pelo seu consenso. Ademais, proporciona saber sobre o que esperar dos demais e serve para coordenar as relações entre as pessoas (Nucci, 1981; Turiel, 1989). Logo, os conceitos de convenção social são estruturados pelas concepções subjacentes de organização social (Turiel, 1983).

O domínio pessoal, também conhecido como domínio psicológico, envolve questões de foro particular, que não interferem no bem-estar e na violação de direitos das outras pessoas. Isto é, são escolhas e ações particulares, cujas consequências afetam principalmente o sujeito, sem que isso resulte em quebra de ordem social ou injustiça a outros (Nucci, 1981; Smetana, 2013).

Além desses domínios, o domínio pessoal se desdobra no domínio prudencial que está relacionado a questões de saúde, bem-estar pessoal, conforto e segurança própria. Assim, as questões prudenciais são definidas como atos não sociais, diferindo-se dos atos morais, uma vez que, as primeiras podem trazer mais consequências negativas a si mesmo do que aos outros. Isso leva a compreensão de que o

domínio prudencial apresenta julgamentos por meio da jurisdição pessoal (Smetana, 2005, 2013; Smetana *et al.*, 2014).

Essa divisão dos domínios nem sempre é facilmente aplicada, uma vez que determinadas situações ou eventos são avaliados pelos indivíduos de forma multifacetada, ou seja, coordenando mais de um domínio. As questões multifacetadas não constituem um domínio individual e separado do conhecimento social, mas representam questões nas quais os domínios se sobrepõem (Smetana *et al.*, 2014). A natureza multifacetada dos eventos sociais é vista como a fonte de muita variabilidade contextual, de desenvolvimento e de inconsistência nos julgamentos. O modo como os indivíduos coordenam as considerações morais e não-morais em seus julgamentos pode variar entre contextos, culturas e desenvolvimento (Smetana, 2005, 2013).

3.3 Generatividade

A generatividade é caracterizada pela preocupação com a continuidade da vida e com o compromisso com o bem-estar da geração futura, levando os adultos a encontrarem satisfação em atividades sociais como ensino, trabalho, religião e outras ações, que podem deixar um legado positivo para o futuro (Morselli & Passini, 2015). A generatividade descreve a necessidade do adulto de assumir responsabilidades sociais, de trabalho e comunitárias, que serão vantajosas para as outras pessoas (Morselli & Passini, 2015; O'Hanlon & Coleman, 2004).

A generatividade pode se expressar tanto na conservação e no fomento daquilo que as pessoas consideram bom na vida, quanto na transformação daquilo que as pessoas acreditam precisar ser melhorado, com o objetivo comum de promover o desenvolvimento e o bem-estar das gerações futuras (McAdams & de St. Aubin, 1992; McAdams & Logan, 2004).

McAdams e de St. Aubin (1992) desenvolveram um modelo que delimita sete características inter-relacionadas de generatividade. Os adultos motivados por (1) demanda cultural e (2) desejo interno, desenvolvem (3) preocupação generativa que, por sua vez, torna-se a fonte de (4) objetivo generativo, desde que (5) uma crença na espécie esteja presente. Preocupações, objetivos e crenças são colocados em (6) ações geradoras que são integradas na (7) narração da vida da pessoa de uma forma significativa. A seguir, a Figura 3.1 para melhor ilustração:

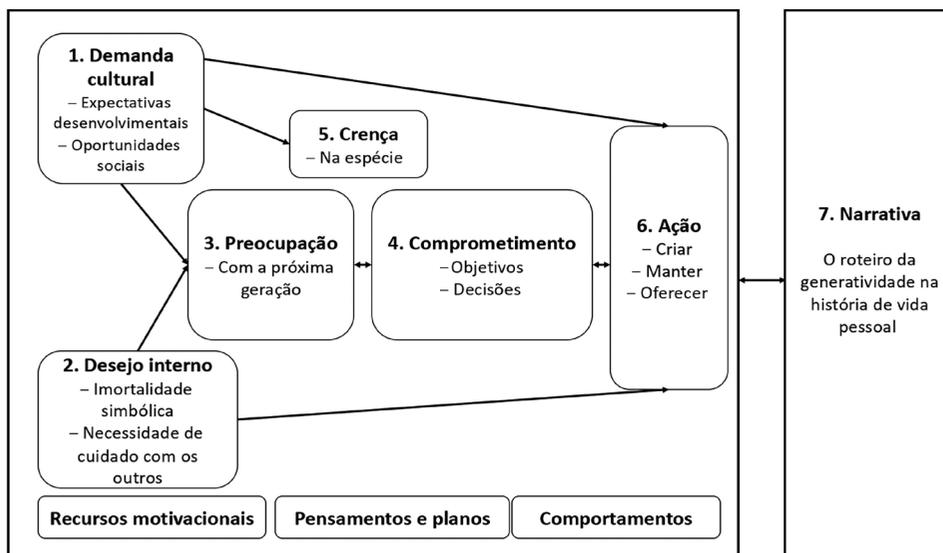


Figura 3.1 *Sete características da generatividade.*

Fonte: McAdams e de St. Aubin (1992).

A Figura 3.1 mostra os sete recursos e suas inter-relações propostas, conforme o modelo de McAdams e de St. Aubin (1992). As duas primeiras características: demanda cultural (1) e desejo interno (2) são vistas como fontes motivacionais para a generatividade e se combinam para promover, na idade adulta, uma preocupação consciente (3) pela geração seguinte. A preocupação pode estimular o comprometimento generativo (4), com o apoio de uma crença (5) na bondade da espécie humana. A natureza dos compromissos geradores de um adulto também pode influenciar reciprocamente a crença e a preocupação. Se a demanda e o desejo se referem às fontes motivacionais fundamentais para a generatividade, então a preocupação, a crença e o comprometimento se referem aos pensamentos e planos resultantes sobre a generatividade que o indivíduo formula na idade adulta. A ação generativa (6) pode ser motivada diretamente por demanda cultural ou desejo interno, como as setas na Figura 3.1 indicam. Contudo, as expressões comportamentais de generatividade mais pessoalmente eficazes, psicologicamente realizadoras e socialmente valiosas são os produtos dos comprometimentos racionais do adulto com os esforços e objetivos generativos. Assim, idealmente, a ação generativa origina-se diretamente do compromisso, que é intensificado pela crença e estimulado pela preocupação, que por sua vez tem suas fontes últimas no desejo interior e na demanda cultural. A ação generativa que inclui os comportamentos de criar, manter e oferecer aos outros, pode influenciar reciprocamente os compromissos geradores subsequentes.

Finalmente, o significado particular das relações complexas entre demanda, desejo, preocupação, crença, comprometimento e ação é determinado pela narrativa da pessoa (VII) de generatividade, a história subjetiva que o adulto cria sobre o sustento da próxima geração.

Sobre o desejo interno como motivação para a generatividade compreende-se dois caminhos: um desejo social de nutrir os outros e ser necessário para eles, bem como um desejo de se estender para a próxima geração e deixar um legado de si mesmo para o futuro (Au *et al.*, 2020). Por isso, a generatividade já foi questionada como um paradoxo entre narcisismo e altruísmo. Vários estudiosos vincularam a generatividade a um desejo de imortalidade simbólica (Becker, 1973; Kotre, 1984; McAdams, 1985; McAdams & de St. Aubin, 1992). Mesmo após a morte, um indivíduo pode “continuar a viver” por meio de seus produtos generativos – por exemplo, por meio dos filhos, dos negócios da família, dos livros ou de pinturas, da reputação, do nome de família, etc. Um impulso profundo e forte para algumas formas de ação generativa pode ser o desejo de estender o eu além de sua vida mortal (McAdams, 2013).

Ao mesmo tempo, a generatividade envolve a nutrição relativamente altruísta e o cuidado com a próxima geração, até o ponto de se entregar pelos filhos, pela comunidade ou pela sociedade em geral. As expressões mais completas de generatividade envolvem a manifestação do que Bakan (1966) chamou de tendências contrastantes de agência e comunhão. Agência é a tendência para a autoexpressão, autoexpansão, autoproteção, autodesenvolvimento e todos os outros objetivos que promovem o eu individual. A comunhão é a tendência de compartilhar o eu com os outros, fundindo o eu em comunidade, desistindo de si pelo bem de algo além de si mesmo. A generatividade conclama os adultos a gerar produtos e descendentes de uma forma poderosa e agente, e, a cuidar daquilo que foi gerado de maneira amorosa e comunitária. A generatividade desafia os adultos a serem altamente agentes e comunitários ao mesmo tempo (Sunderman, 2020).

3.4 Pesquisas sobre desenvolvimento moral e generatividade

Tendo em vista estudos do desenvolvimento moral relacionados à generatividade, pesquisas têm demonstrado evidências da integração dos motivos da agência e da comunhão, como as duas tendências da generatividade, na personalidade moral. O estudo de Frimer *et al.* (2011) examinou a noção de que pessoas consideradas como exemplos de personalidade moral superaram a tensão contrastante entre agência (autopromoção) e comunhão (ajudar o próximo) e integram de forma adaptativa esses motivos em sua personalidade. A amostra foi caracterizada por vinte e cinco

indivíduos como exemplos morais, ganhadores de um prêmio nacional por voluntariado extraordinário e vinte e cinco participantes de comparação, demograficamente pareados. Cada participante respondeu a uma entrevista de revisão de vida e forneceu uma lista de esforços pessoais, que foram codificados para temas de agência e comunhão. Os resultados indicaram consistentemente que as pessoas de personalidade moral não apenas tinham mais agência e comunicação do que os participantes da comparação, mas também eram mais propensos a integrar esses temas em sua personalidade. Importante destacar que o efeito foi evidente apenas quando agência e comunhão foram conceituadas em termos de promoção de interesses (de si mesmo e dos outros, respectivamente) e não em termos de distância psicológica (de outros) (Frimer *et al.*, 2011).

Pesquisas também demonstram relações entre identidade moral e o desenvolvimento da generatividade, no final da adolescência e no começo da fase adulta. Os dois construtos compartilharam de uma preocupação central, que é o bem-estar dos outros. Isso, portanto, permite esperar que pode haver uma sobreposição considerável no desenvolvimento quanto a essa valorização do bem-estar alheio (Pratt *et al.*, 2009).

Na pesquisa narrativa (Pratt *et al.*, 2009), em que as histórias de vida foram avaliadas pela relevância da identidade moral, como preocupação com as necessidades e direitos dos outros, a identidade moral foi relacionada ao envolvimento do serviço comunitário e preocupação generativa. Estudos correlacionais usando medidas quantitativas de identidade moral mostraram que a identidade moral está associada a: ações morais (por exemplo, doar dinheiro para instituições de caridade e ajuda altruística); emoções morais (tal como, culpa após comportamento inconsistente com o senso de moralidade de alguém; e preocupação com os membros do grupo externo (Hardy & Carlo, 2011).

No estudo de Perugini & Leone (2009), a identidade moral explícita (autorrelatos de características de personalidade moral, como honestidade) previu ação moral deliberativa (respostas a dilemas morais), enquanto a identidade moral implícita (avaliada por meio de um teste de associações implícitas com moral e não moral como categoria alvo, previu ações morais automáticas (se os indivíduos devolveram ou não o “extra” quando “erroneamente” pagaram em excesso por sua participação na pesquisa) (Hardy & Carlo, 2011).

Quanto à medida padrão de desenvolvimento moral de Kohlberg em relação à preocupação generativa, pesquisas não foram encontradas. No entanto, é possível que os adultos que raciocinam em estágios mais elevados na medida de Kohlberg (Colby & Kohlberg, 1987) sejam mais propensos a demonstrar preocupação generativa com a medida LGS de McAdams e de St. Aubin (1992). Esses mesmos adultos

que raciocinam em níveis mais sofisticados sobre questões morais podem, então, por sua vez, também estar mais propensos a se comprometer com os esforços de socialização de valores com os jovens (Pratt *et al.*, 1999). Colby e Damon (1992), por exemplo, descreveram uma amostra de adultos moralmente exemplares cujas vidas pareciam excepcionalmente generativas.

No que se refere à faixa etária pesquisada para generatividade, é mais comum pontuar na fase adulta, pois geralmente é a idade que apresenta mais recursos para cuidar de gerações mais novas. Não obstante, há pesquisas explorando outros momentos do desenvolvimento. Uma das pesquisas teve como objetivo investigar fatores no desenvolvimento inicial da generatividade, desde o final da adolescência até a idade adulta jovem (Lawford *et al.*, 2005). O interesse da pesquisa foi explorar dois contextos que podem fomentar uma preocupação com as gerações futuras: a família e seu estilo parental, e o envolvimento ativo do indivíduo na comunidade. Em relação aos resultados notou-se que a preocupação generativa dos adolescentes foi positivamente relacionada nos dois contextos analisados, como observado anteriormente entre os adultos. A preocupação generativa no início da fase adulta foi prevista por relatórios anteriores de pais autoritativos (direcionamento dos pais com possibilidade de diálogo, responsividade e liberdade crítica da criança ou adolescente) e, especialmente, por níveis mais elevados de envolvimento comunitário pró-social anterior entre esses adolescentes. Em geral, os resultados sugerem que a generatividade pode ser um elemento em desenvolvimento no domínio da preocupação moral pró-social na adolescência, e que as raízes da família e da comunidade podem ser importantes em seu estabelecimento (Lawford *et al.*, 2005).

Outra pesquisa avaliou os dois modos de generatividade e descobriu que os modelos agente e comunitário previam igualmente a generatividade tanto em uma amostra de meia-idade, como em uma amostra de jovens adultos (Sunderman, 2020). Na amostra de meia-idade, a generatividade foi positivamente relacionada à satisfação com a vida, satisfação no trabalho e afetividade positiva. Na amostra de adultos jovens, o aumento da generatividade foi conectado à diminuição do afeto negativo no trabalho, o que sugere que a relação entre o bem-estar social e a generatividade podem existir além dos anos de meia-idade. Além disso, observou-se que a preocupação generativa pode promover comportamentos generativos, que constroem relações interpessoais positivas e aumentam as emoções positivas e a autoestima do indivíduo generativo (Sunderman, 2020).

Estudos com idosos sobre generatividade também foram realizados. Formas de envelhecimento bem-sucedido enfatizaram a importância do envolvimento social contínuo e da sustentação de relacionamentos intergeracionais ao longo da vida (Johnson & Mutchler, 2014). Com melhores cuidados de saúde, os idosos passarão

mais anos como avós (maior tempo de relacionamentos intergeracionais) e também terão maiores possibilidades de engajamento em várias formas de participação cívica. Do mesmo modo que níveis mais altos de generatividade estão associados à longevidade, melhor funcionamento físico e bem-estar psicológico em adultos mais velhos (Tabuchi *et al.*, 2015; Au *et al.*, 2020).

Nos estudos que examinam gênero também é possível observar algumas diferenças, como, por exemplo, na pesquisa de Bauer e DesAutels (2019), que demonstrou que as mulheres de meia-idade tendem a pontuar mais alto do que os homens em medidas de preocupação generativa e a contar histórias de vida altamente produtivas. Encontrou-se nas histórias de mulheres por volta dos vinte anos uma estrutura moral clara, centrada na generatividade, com o equilíbrio da agência e comunhão e objetivos pró-sociais para o futuro. Enfatizou-se as condições específicas de gênero em sua luta – ter que cuidar de outras pessoas de uma maneira que não se esperava que os homens em suas vidas pudessem oferecer. E, apesar dessas “virtudes sobrecarregadas de gênero”, essas mulheres viveram com sucesso sua virtude da generatividade com uma visão de futuro de que elas poderiam ter um impacto positivo sobre aqueles que estão mais vulneráveis ou precisam mais de ajuda (Bauer & DesAutels, 2019).

3.5 Desenvolvimento moral e generatividade em discussão

A generatividade, como apresentada, é a capacidade de deixar um legado para as próximas gerações, que surge a partir de duas motivações principais: demanda cultural e desejo interno (McAdams & de St. Aubin, 1992). A demanda cultural se aproxima muito do domínio convencional, uma vez que se refere às expectativas sociais sobre o desenvolvimento da sociedade, do consenso sobre regras, valores e oportunidades que se espera de cada indivíduo. A demanda cultural pode ter relação com comportamentos esperados socialmente, mas que não necessariamente são generalizáveis e obrigatórios, ou seja, há variação de acordo com a cultura e contexto social (Smetana, 2013; Turiel, 1983).

Não obstante a demanda cultural pode levar a uma motivação maior, que é a preocupação sobre a continuidade da própria espécie humana, com a crença na bondade e na empatia com as gerações seguintes. A partir dessa perspectiva, é possível referir-se ao domínio moral, pois envolve valores que incluem o bem-estar e a justiça nas relações humanas, dentro da complexidade moral que se encontra na vida social (Smetana *et al.*, 2014, 2018).

No quesito do desejo interno, percebe-se dois caminhos: o altruísta e o narcísico (McAdams & de St. Aubin, 1992). O desejo altruísta se assemelha ao domínio moral, pois parte da necessidade do cuidado com os outros, que envolve bem-estar,

direitos e a capacidade de ultrapassar os desejos e expectativas sociais. São valores e preocupações que se tornam generalizáveis, inalteráveis e obrigatórios, por isso se tornam universais (Smetana, 2013; No Yoo & Smetana, 2022). É um desejo que se fortalece de acordo com as regras e valores morais construídos no percurso do seu próprio desenvolvimento.

O desejo narcísico pode se assemelhar ao domínio pessoal, quando se debruça sobre a necessidade de uma imortalidade simbólica. Isto é, o desejo de ser lembrado e reconhecido pelas próximas gerações mesmo após sua morte. É um desejo íntimo, de foro particular e específico. O interessante é que tal desejo pode também refletir sobre as expectativas de um status social (domínio convencional), como pode ter em consequência a preocupação que gera ações em prol de outras pessoas (domínio moral). Portanto, ainda que seja uma necessidade íntima e pessoal, é possível compreender como um desejo de natureza multifacetada.

O caráter multifacetado coordena as questões morais e não-morais, variando entre culturas e formas de desenvolvimento (Smetana, 2005, 2013). Se o indivíduo prioriza reconhecimento, privilégio e status social, é possível que em momentos nos quais há conflito entre os domínios moral e convencional ou pessoal, os domínios não-morais se sobressaiam. Do mesmo modo que, se os domínios estiverem em harmonia, as consequências podem ser de domínio moral (Nucci, 2000).

É importante ressaltar, que apesar das expectativas e motivações para a generatividade serem de domínios diferentes, todos caminham conjuntamente para o comprometimento e ações que beneficiem as outras pessoas (McAdams, 2004). Isso corrobora com a TDS, que não propõe uma moral estruturalista de desenvolvimento, na qual o indivíduo passa de um nível menor para um maior de desenvolvimento moral, mas na coexistência de domínios e na possibilidade da presença de mais de um domínio no julgamento, na preocupação e nas necessidades humanas (Caetano *et al.*, 2019).

Compreende-se que a teoria do domínio social, além de não concordar com a ideia de que o desenvolvimento moral precisa seguir uma sequência invariante de estágios, também considera que não há uma diferenciação entre fase moral e não moral, mas sim domínios que se diferenciam e que formam sistemas organizados de pensamento (Smetana *et al.*, 2014). Além disso, os domínios trazem suas respectivas sequências evolutivas e determinam os tipos de interação indivíduo-meio.

A capacidade generativa pode ser caracterizada como um construto de desenvolvimento, tendo em vista as diversas pesquisas elucidadas anteriormente. O conceito de generatividade se inicia com o teórico psicanalítico Erik Erikson, que apresentou o conceito como uma fase do desenvolvimento adulto há mais de cinquenta anos (Erikson, 1963). Mas foi somente na década de 1980 que a ideia de

generatividade foi difundida com uma amplitude de significados por psicólogos, pesquisadores e clínicos (por exemplo, Kotre, 1984; McAdams, 1985; Stewart *et al.*, 1988). Isso permitiu compreender que a generatividade não se reduz a uma única fase de desenvolvimento, mas que pode se apresentar em outras faixas etárias.

Observa-se, desse modo, que o desenvolvimento moral e generativo pode e deve ocorrer ao longo de todo o ciclo vital. Essa é outra convergência entre a TDS e os estudos de generatividade, uma vez que pesquisas fundamentadas na TDS apresentaram resultados de crianças pequenas com respostas de julgamento moral mais evoluídas, dependendo do nível de conhecimento social e não de acordo com algum estágio de desenvolvimento (Smetana, 2005).

Portanto, sugere-se investigações e pesquisas com crianças acerca da generatividade, pois a grande maioria das pesquisas encontradas englobam fases da adolescência, juventude, adulta e idosa. Outra sugestão são pesquisas empíricas de aproximações da TDS e da teoria da generatividade, pois as aproximações encontradas são sustentadas por outras abordagens do desenvolvimento moral, que não esta última.

REFERÊNCIAS

- Au, A., Lai, S., Wu, W., Hofer, J., Busch, H., Šolcová, I. P., Tavel, P., Cheng, S.T., Lai, M. & K., Hofer, J. (2020). Generativity and positive emotion in older adults: mediation of achievement and altruism goal attainment across three cultures. *Journal of Happiness Studies*, 21(3), 677-692.
- Bakan, D. (1966). *The duality of human existence: isolation and communion in western man*. Beacon Press.
- Bauer, J. J., & DesAutels, P. (2019). When life gets in the way: generativity and the development of non-idealized virtues in women's life stories. *Journal of Moral Education*, 48(1), 126-145.
- Becker, E. (1973). *The denial of death*. The Free Press.
- Caetano, L. M., Galhardo, P. B., & Dell' Agli, B. A. V. (2019). Regras no contexto escolar e formação docente: contribuições da teoria do domínio social In A. V. Ferreira, M. B. Sirino & P. F. Mota (Eds.), *Docência ampliada e pedagogia social: côncavos e convexos das práticas educativas*, p. 115-128. Paco Editorial.
- Colby, A., & L. Kohlberg. (1987). *The measurement of moral judgment*. Vols. 1, 2. Cambridge University Press.
- Colby, A., & W. Damon. (1992). *Some do care*. Free Press.
- Erikson, E. H. (1963). *Childhood and society* (2nd ed.). Norton.
- Frimmer, J. A., Walker, L. J., Dunlop, W. L., Lee, B. H., & Riches, A. (2011). The integration of agency and communion in moral personality: evidence of enlightened self-interest. *Journal of personality and social psychology*, 101(1), 149.

- Hardy, S. A., & Carlo, G. (2011). Moral identity: what is it, how does it develop, and is it linked to moral action? *Child Development Perspectives*, 5(3), 212-218.
- Johnson, K. J., & Mutchler, J. E. (2014). The emergence of a positive gerontology: from disengagement to social involvement. *The Gerontologist*, 54(1), 93-100.
- Kotre, J. (1984). *Outliving the self: generativity and the interpretation of lives*. Johns Hopkins University Press.
- Lawford, H., Pratt, M. W., Hunsberger, B., & Mark Pancer, S. (2005). Adolescent generativity: a longitudinal study of two possible contexts for learning concern for future generations. *Journal of Research on Adolescence*, 15(3), 261-273.
- McAdams, D. P. (1985). *Power, intimacy, and the life story: personological inquiries into identity*. Guilford Press.
- McAdams, D. P., & de St Aubin, E. D. (1992). A theory of generativity and its assessment through self-report, behavioral acts, and narrative themes in autobiography. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62(6), 1003-1015.
- McAdams, D. P., & Logan, R. L. (2004). *What is generativity?*
- McAdams, D. P. (2013). The psychological self as actor, agent, and author. *Perspectives on Psychological Science*, 8(3), 272-295.
- Morselli, D., & Passini, S. (2015). Measuring prosocial attitudes for future generations: the social generativity scale. *Journal of Adult Development*, 22(3), 173-182.
- Nucci, L. (1981). Conceptions of personal issues: a domain distinct from moral or societal concepts. *Child Development*, 52, 114-121.
- Nucci, L. (2000). Psicologia moral e educação: para além de crianças “boazinhas”. *Educação e Pesquisa*, 26(2), 71-89.
- O’Hanlon, A., & Coleman, P. (2004). Attitudes towards aging: adaptation, development and growth into later years. In J. F. Nussbaum & J. Coupland (Eds.), *Handbook of communication and aging research*, (2nd ed. pp. 31-63).
- Perugini, M., & Leone, L. (2009). Implicit self-concept and moral action. *Journal of Research in Personality*, 43(5), 747-754.
- Pratt, M. W., Norris, J. E., Arnold, M. L., & Filyer, R. (1999). Generativity and moral development as predictors of value-socialization narratives for young persons across the adult life span: from lessons learned to stories shared. *Psychology and Aging*, 14(3), 414.
- Pratt, M. W., Arnold, M. L., & Lawford, H. (2009). Growing towards care: a narrative approach to prosocial moral identity and generativity of personality in emerging adulthood. In D. Narvaez & D. K. Lapsley (Eds.), *Personality, identity, and character: explorations in moral psychology*, pp. 295-315. Cambridge University Press.
- Smetana, J. G. (2005). Social-cognitive domain theory: consistencies and variations in chil-

- dren's moral and social judgments. In M. Killen & J. G. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development*, pp. 119-153. Erlbaum.
- Smetana, J. G. (2013). Moral development: the social domain theory view. In P. D. Zelazo (ed.), *The Oxford handbook of development psychology*, vol. 1 – Body and Mind –, pp. 832-863. Oxford University.
- Smetana, J., Jambon, M., & Ball, C. (2014). The social domain approach to children's moral and social judgments. In M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development*, 2nd ed., pp. 23-45. Erlbaum.
- Smetana, J. G., Jambon, M., & Ball, C. L. (2018). Normative changes and individual differences in early moral judgments: a constructivist developmental perspective. *Human Development*, 61(4-5), 264–280.
- Stewart, A. J., Franz, C., & Layton, L. (1988). The changing self: using personal documents to study lives. *Journal of Personality*, 56(1), 41-74.
- Sunderman, H. (2020). *The development of generativity among college student leaders who mentor: a growth curve analysis*. Public Access Theses and Dissertations from the College of Education and Human Sciences. 354.
- Tabuchi, M., Nakagawa, T., Miura, A., & Gondo, Y. (2015). Generativity and interaction between the old and young: the role of perceived respect and perceived rejection. *The Gerontologist*, 55(4), 537–547.
- Turiel, E. (1983) *The development of social knowledge: morality and convention*. Cambridge University Press.
- Turiel, E. (1989). Dominios y categorías em el desarrollo cognitivo y social. In Enesco, I., Delval, J. & Linaza, J (Eds.). *El mundo social em la mente del niño*, pp. 37-68. Alianza.
- Yoo, H. N., & Smetana, J. G. (2022). Distinctions between moral and conventional judgments from early to middle childhood: a meta-analysis of social domain theory research. *Developmental Psychology*, 58(5), 874.